

Mantida taxaço de lucro para Estados

BRASÍLIA — A Constituinte votou ontem a primeira parte do Capítulo que institui o novo Sistema Tributário Nacional. Apenas duas alterações foram aprovadas: caiu a exigência de revisão dos incentivos fiscais a cada quatro anos e foi remetida para lei complementar a forma de discriminar, nos rótulos dos produtos, os valores que resultaram no preço final. O plenário derrubou duas emendas que propunham o fim do adicional de 5% sobre o Imposto de Renda de lucros e ganhos de capital.

Defendendo a supressão do dispositivo que permite aos Estados cobrar o adicional de 5%, o Deputado Jesus Tajra (PFL-PI) argumentou que os Estados pobres seriam prejudicados e que o contribuinte não pode mais ser sobretaxado. A favor da manutenção do texto, o Deputado José Serra (PSDB-SP) ressaltou que o adicional não atinge os salários, somente o capital, e não é obrigatório: os Estados que quiserem poderão deixar de cobrá-lo para atrair investimentos.

Apesar da rejeição da proposta, que obteve 177 votos favoráveis e 203 contrários, outra foi apresentada, isentando as pessoas físicas da cobrança do imposto. Ao defendê-la, o Senador Raimundo Lira (PMDB-PB) alegou a necessidade de diminuir a carga tributária do contribuinte. Contra a emenda, o Deputado Fernando Gasparian (PMDB-SP) disse que o Brasil é um País onde os ricos conseguem não pagar imposto e seria injusto excluir quem ganha milhões especulando, enquanto as empresas estão criando empregos. A emenda obteve apenas 175 votos.

Foi eliminado do texto dispositivo que determinava que a cada quatro anos, sempre no início de cada legislatura, o Congresso e as Assembleias



Gastone Righi e Lula conversam durante a votação do Sistema Tributário

Legislativas reavaliassem a concessão de isenções e benefícios fiscais. A emenda teve o apoio das lideranças e passou folgadoamente, com 355 votos a favor, 21 contra e duas abstenções.

O imposto sobre grandes fortunas, a ser definido em lei complementar, foi mantido no texto.

Uma alteração aprovada por acordo veio através de emenda do Senador Severo Gomes (PMDB-SP). Foi reescrito o dispositivo que obrigava a discriminar, no rótulo dos produtos industrializados, os tributos embutidos no preço final. A nova redação ficou mais genérica e remete o assunto para a lei ordinária.

Entre as emendas rejeitadas estão propostas do Deputado João Hermann (PMDB-SP), que queria acabar

com a isenção de Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) para produtos exportados, e do Deputado Nion Albernaz (PMDB-GO), que tiraria dos Municípios a competência de cobrar impostos sobre iluminação e limpeza públicas.

Entre as inovações mais importantes do novo Sistema Tributário com votação prevista para hoje estão: a seletividade do Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICM) — a alíquota dos superfluos será maior que a dos produtos de primeira necessidade —; a nova partilha tributária, que dará fatia maior aos Estados e Municípios, e a destinação de 3% do total arrecadado pela União para os Bancos de Desenvolvimento do Nordeste, Amazônia e Centro-Oeste.

Telefoto de Luiz Antônio

'Tributaristas' negam perdas com mudança

Em resposta a um documento apócrifo distribuído no plenário da Constituinte atribuindo perdas aos Estados do Norte e Nordeste a partir do novo sistema tributário, o grupo interpartidário de "tributaristas" divulgou nota de esclarecimento, destacando as vantagens oferecidas às regiões pela reforma tributária. A autoria do documento é atribuída pelos "tributaristas" ao Ministério do Planejamento, interessado em alterar a reforma, que resultará no repasse de recursos da União para Estados e Municípios.

O Deputado Benito Gama (PFL-CE), que leu a nota em plenário, tem informações de que os governadores do Nordeste também estariam interessados em promover alterações, temerosos dos efeitos da "Operação Desmonte" anunciada pelo Governo Federal. Alguns constituintes denunciaram a pressão de governadores nos últimos dias.

A nota de esclarecimento salienta que o Fundo de Participação dos Estados tem seu percentual aumentado de 14 para 18 por cento, em 1988, e para 19 por cento, em 1989, alcançando 21,5 por cento em 1993. Isso implica um ganho superior a 50 por cento, com 78 por cento desses ganhos destinados aos Estados do Norte, Nordeste e Centro-Oeste. O documento apócrifo considera que o Fundo foi aumentado de 14 para 18 por cento.

Os "tributaristas" também contestam os cálculos dos ganhos do ICM.

— É um cálculo aleatório e simplista, principalmente porque os ganhos do ICM só poderão ser avaliados após a determinação das alíquotas internas e interestaduais, a serem fixadas pelo Senado Federal — argumentou Benito Gama.

Ele explicou que as alíquotas interestaduais — instrumento de equilíbrio de distribuição dos recursos — serão fixadas pelo quorum de maioria absoluta no Senado, que tem mais de dois terços de seus membros nas bancadas do Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

PFL prevê para a próxima semana aprovação da Carta

BRASÍLIA — No início da noite de ontem, alguns líderes acreditavam que dificilmente o Presidente da Constituinte, Deputado Ulysses Guimarães, colocaria em votação qualquer matéria polêmica com número inferior a 450 parlamentares, quorum que não foi alcançado em quaisquer das sessões desta semana. Os pefelistas se mobilizaram para garantir um comparecimento em peso a partir de terça-feira.

O calendário do PFL, segundo revelou o Deputado José Lins (CE), prevê que o plenário concluirá na próxima semana a votação do projeto de Constituição. Hoje e amanhã, a Assembleia terminaria de apreciar o Título relativo ao Sistema Tributário e iniciaria as votações dos acordos

sobre o Título da Ordem Econômica. Os temas polêmicos pendentes — eleições em dois turnos, inelegibilidades por grau de parentesco e possibilidade de reeleição das Mesas da Câmara e do Senado — seriam votados terça-feira. Nos três últimos dias da semana seriam apreciados o Título VIII e as Disposições Transitórias.

Ontem à noite, os líderes iniciaram as negociações para o Título da Ordem Econômica, onde está concentrado o maior número de pontos polêmicos: nacionalização da exploração mineral, fim dos contratos de risco para exploração do petróleo, reserva de mercado e privilégios para empresas nacionais, limite de 12% para os juros e reforma agrária.

Nova Carta reconhece blocos parlamentares

BRASÍLIA — A representação oficial dos blocos de parlamentares na constituição das Mesas da Câmara e do Senado, além das Comissões, foi assegurada ontem na nova Carta com a rejeição da emenda supressiva apresentada pelo Senador Nelson Carneiro (PMDB-RJ), que pretendia restringir este direito aos partidos. Ao lado dos principais organizadores do Centrão, a Liderança do PT recomendou a rejeição da emenda.

Por 271 votos a favor, 99 contra e quatro abstenções foi mantido o texto aprovado em primeiro turno para o Artigo 60 do Título IV — Da Organização dos Poderes —, que tem a seguinte redação: "Na constituição das Mesas e de cada comissão, é assegurada, tanto quanto possível, a representação proporcional dos partidos ou dos blocos parlamentares que participam da respectiva Casa".

Ao ver rejeitada a emenda, o Líder do PDT, Deputado Brandão Monteiro (RJ), disse, revoltado, que ago-

ra o Centrão poderá disputar a Presidência da Câmara. E o Líder do PC do B, Deputado Haroldo Lima (BA), acrescentou:

— Acabam de constitucionalizar o Centrão.

Os dois Líderes estavam indignados com o fato de o PT ter ajudado o PFL a derrubar a emenda. Enquanto isso, do outro lado do plenário, Lideranças do Centrão comemoravam. O Deputado Luís Eduardo Magalhães (PFL-BA) confirmava a intenção de formar um bloco de "moderados", a partir das eleições deste ano.

— Pretendemos formar um bloco de parlamentares que tenham idéias comuns e estejam descontentes com o atual quadro político — afirmou.

O Deputado disse que não se trata exatamente de uma rearticulação do Centrão, mas citou os nomes de suas principais Lideranças ao enumerar os parlamentares que farão parte do bloco: ele próprio, Ricardo Fiúza (PFL-PE) e Expedito Machado (CE),

coordenador do Centro Democrático, grupo de "moderados" do PMDB. O bloco terá integrantes das bancadas do PFL, PDS, PTB, PL, PDC e parte do PMDB — exatamente como estava estruturado o Centrão.

Os Líderes do PDT e do PC do B já previam as dificuldades que enfrentarão no próximo ano:

— E o fim da estrutura partidária. Estou indignado com o PT. É um partido puro, mas vota com a direita — reclamou Brandão.

Tranquilo, o Vice-Líder do PT, José Genoíno (SP), tentava explicar a posição do seu partido:

— A esquerda também não fez o seu bloco na Constituinte? Então, se existe a direita, ela que se organize em bloco. Vamos combatê-la e derrotá-la no campo das idéias, como já fizemos com o Centrão. Nós preferíamos a formação de blocos partidários. Não foi possível. Mas não permitir a formação de blocos parlamentares é antidemocrático.